Locke e Kant: tolerância e autonomia — Ficha

12.º Ano | Filosofia | 4 páginas | 12 exercícios

> **Competências que desenvolve:** leitura das duas obras — a *Carta sobre a Tolerância* e a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* como livros (contexto, problema, teses, plano), o teste kantiano da máxima e o confronto no eixo do bloco: que limites legitimam a ação (Aprendizagens Essenciais, Organizador «Trabalho sobre cada uma das obras»).

Revisão rápida

- **Locke, *Carta sobre a Tolerância* (1689) — problema:** até onde se estende a tolerância, e o que cabe ao poder civil em matéria de religião?
- **Carta — teses:** a crença é interior e voluntária — ninguém crê por obrigação; o magistrado cuida dos bens temporais (vida, saúde, ordem externa), não da alma — a coerção obriga ao culto externo, não à fé. Limites: não se tolera quem não tolera e ataca a paz comum; quem põe a lealdade ao Estado em questão.
- **Carta — método:** argumentação prática e jurídica, com argumentos das Escrituras — a fé não se impõe pela espada.
- **Kant, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) — problema:** encontrar e estabelecer o princípio supremo da moral, fundado *só na razão* — a priori, sem recorrer à experiência dos costumes.
- **Fundamentação — plano e teses:** I. só a bom vontade é boa sem condição; o dever é agir por respeito à lei, não por inclinação · II. o imperativo categórico (a máxima deve poder querer-se como lei universal; a humanidade como fim) e o reino dos fins · III. autonomia — a liberdade dá-se a si própria a lei.

Exercícios

1. V/F: a) Para Locke, o magistrado pode coagir a crença interior → __ b) Para Locke, a coerção pode estender-se ao culto externo, mas não à fé → __ c) A *Fundamentação* funda a moral na experiência dos costumes → __ d) Para Kant, só a bom vontade é boa sem condição → __

2. Completa: a) a *Carta* pergunta até onde se estende a __ e o que cabe ao __ em matéria de religião b) a *Fundamentação* procura o princípio __ da moral c) em Kant, agir por respeito à lei é agir por __ d) o imperativo que vale por si mesmo chama-se imperativo __.

3. Liga cada obra ao seu problema (banco: *o que cabe ao poder civil nas crenças? · qual é o princípio supremo da moral? · como se adquire o conhecimento? · como se deve tolerar as seitas entre si?*): *Carta sobre a Tolerância* → __ · *Fundamentação* → __.

4. Na *Carta*, marca D (dentro da tolerância) ou F (fora): a) um grupo que professa outra seita sem perturbar ninguém → __ b) um grupo que ataca a paz comum e recusa a tolerância aos outros → __ c) quem vive a fé sem coagir ninguém → __ d) quem obedece a uma potência estrangeira contra o Estado → __

© 2026 Estudantices

5. Completa as noções da *Fundamentação*: bom vontade → é boa sem __ · dever → agir por __ (respeito à lei) · imperativo categórico → vale __ si mesmo · autonomia → o agente __ se a própria lei.

6. O teste da máxima (promessa falsa). Máxima: «Quando preciso de dinheiro, prometo sem intenção de cumprir.» a) O que acontece se todos agirem segundo essa máxima? __ b) Por que razão a vontade não pode querer isso? __ c) Que conclusão tira Kant? __

7. Análise (Locke). *«Ninguém pode, pela força, obrigar outro a crer: a crença não segue o comando — e o magistrado só cuida dos bens desta vida.»* a) As duas premissas: __ b) A conclusão — o que fica ao cargo do magistrado: __

8. Comparação das duas obras: a) Problema comum: que limites legitimam __ b) Divergência: Locke fala do poder __ (magistrado), Kant do __ (agente moral) c) Ponto comum: ambos o fundam num __, não na conveniência — qual é esse fundamento?

© 2026 Estudantices

9. Ficha de leitura: completa para a *Carta sobre a Tolerância* — contexto (1 linha) __ · problema __ · duas teses (2 linhas) __ · método __.

10. Erro de leitura: «Kant diz que devemos seguir sempre as regras da sociedade.» Corrige com o critério da *Fundamentação*.

11. Aplicação do imperativo: testa a máxima «Quando tenho pressa, apresento como meu o trabalho feito por outro» pelo critério da lei universal — universaliza, mostra a contradição (se houver) e decide.

12. Confronto (eixo do bloco): esboça o confronto das duas obras — problema comum, resposta de cada uma, divergência decisiva e uma linha de aplicação ao presente.

© 2026 Estudantices

Soluções — Locke e Kant: tolerância e autonomia

1. a) F (a crença é interior e voluntária — não segue o comando) b) V c) F (fundada a priori, só na razão) d) V.

2. a) tolerância, magistrado b) supremo c) dever d) categórico.

3. *Carta* → o que cabe ao poder civil nas crenças? · *Fundamentação* → qual é o princípio supremo da moral? (sobram: conhecimento — do 11.º ano; e a convivência entre seitas, que a *Carta* pressupõe mas não é o seu problema).

4. a) D b) F c) D d) F (a obra põe fora da tolerância quem ameaça a paz comum e quem põe a lealdade ao Estado em causa).

5. a) condição (sem restrição) b) respeito à lei c) por d) dá.

6. a) se todos mentissem nas promessas, ninguém acreditaria nelas — a própria prática destrói-se b) a vontade não pode querer um mundo em que o que ela pretende (pedir e obter crédito) seja impossível c) a máxima é moralmente inválida — viola o critério da universalidade; e, ao usar os outros como meio de obter dinheiro, também viola o de tratar a humanidade sempre como fim.

7. a) (i) ninguém é obrigado a crer por força — a crença não obedece a comando (ii) o magistrado só cuida dos bens desta vida, não da alma b) aos bens temporais — vida, saúde e ordem externa; a alma e a fé ficam fora do seu alcance.

8. a) a ação e a obediência — o que se pode legitimamente exigir b) civil / moral c) princípio: Locke, na extensão do poder civil (a lei define até onde vai o magistrado); Kant, na lei que a razão dá ao agente (autonomia) — nenhum decide por conveniência.

9. (modelo) contexto: 1689, escrita a um teólogo amigo, na Inglaterra pós-revolução — entre igrejas que se perseguiam · problema: até onde se estende a tolerância e o que cabe ao poder civil em matéria de religião · teses: a crença é interior e voluntária, ninguém crê por obrigação · o magistrado cuida dos bens temporais, não da alma — a coerção obriga ao culto externo, não à fé · método: argumentação prática e jurídica com argumentos das Escrituras — a fé não se impõe pela espada.

10. (modelo) É o contrário: o critério não é a regra recebida da sociedade — é a lei que a razão dá a si (autonomia). Uma regra social só obriga moralmente se passar o teste da universalidade; se a sociedade a violar, é ela que está em falta. Kant funda o juízo autónomo, não a obediência.

11. (modelo) Universalizada: se todos apresentassem trabalho alheio como próprio quando têm pressa, não haveria confiança em trabalho algum — nem avaliação, nem crédito — e a própria prática de obter assim o que se quer destrói-se. A vontade não pode querer isso (querer-se-ia, antes, um mundo em que a prática valesse). Conclusão: a máxima é inválida — além de tratar o autor do trabalho apenas como meio.

12. (modelo) Problema comum: que limites legitimam a ação? Resposta de Locke: o poder civil só vai até onde a ordem externa — a crença nunca é matéria de coerção. Resposta de Kant: a ação só é legítima se a máxima puder ser lei universal — o critério mora no agente, não no magistrado. Divergência decisiva: o sujeito do limite — a sociedade organizada (Locke) vs o agente moral (Kant). Aplicação: quando uma instituição exige não só o comportamento, mas a declaração da convicção, Locke responde não (a interioridade não se compele) — e Kant perguntaria se a regra se universaliza sem destruir a confiança.

© 2026 Estudantices